



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento nº: 020	Data: 20/09/2018
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h19min

COLABORADOR
CLÁUDIO DE BARROS GOULART - Membro da equipe de apoio à Constituinte do CEDI, Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — Cedi.

TÓPICOS
I. TRAJETÓRIA 1. Do Rio para Brasília; 2. O trabalho no CNDA; 3. Atuação profissional atual; 4. O concurso e a primeira lotação na Câmara; 5. O trabalho na Sessão de Legislação Brasileira; 6. A carreira na Câmara; 7. Avaliação do percurso profissional na Câmara. II. A CONSTITUINTE; 8. A preparação dos deputados constituintes antes da posse; 9. A seleção; 10. O trabalho durante a Constituinte; 11. A fase de trabalho mais intenso; 12. O trabalho em detalhes; 13. A relação com a coordenação-geral; 14. O pagamento diferenciado; 15. Visão geral do processo constituinte; 16. A extensão da Constituição; 17. A Câmara ontem e hoje; 18. Avaliação da Constituição – A questão da violência; 19. Avaliação do trabalho na Constituinte.

I. TRAJETÓRIA

1. Do Rio para Brasília

Nasci no Rio de Janeiro. Frequentei vários colégios famosos do Rio, culminando na antiga Universidade Estadual da Guanabara (UEG), hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde fui até o quarto ano de Direito, quando surgiu uma oportunidade em Brasília para participar de um concurso



interno. Antigamente havia isso, você se habilitava para fazer um concurso interno. Meu avô era revisor do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), hoje Conselho Nacional de Educação (CNE), e precisava de um revisor, porque eles tinham só três revisores para aquela quantidade de processos de criação de universidades, modificação de estatutos, essas coisas todas. Como eles precisavam de um revisor a mais, ele me indicou. Pelo meu currículo, fui logo chamado também. Não era nomeação, era cargo pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Fiquei um tempo. Depois, politicamente, entrou outra pessoa no meu lugar, e tive que sair. Aí fui para o Ministério da Educação (MEC), concorri como revisor e passei. Trabalhei no Centro de Documentação de lá, era revisor, redator. Depois, passei a revisar toda a correspondência do Ministério, fui responsável pela revisão da correspondência. Fiquei lá até entrar para o Conselho Nacional de Direitos Autorais (CNDA) – hoje, órgão extinto pelo Fernando Collor de Mello –, onde permaneci aproximadamente por 4 ou 5 anos.

2. O trabalho no CNDA

Quando estava no CNDA, entrei definitivamente para o quadro do MEC. Eu me especializei em Direitos Autorais. Naquela época, o Carlos Fernando Mathias de Souza¹ era o Presidente, e nós tínhamos um controle muito grande sobre o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), sobre esses problemas que atualmente ocorrem de autores não receberem direitos autorais e outras coisas mais. Como assessores jurídicos, nós fazíamos o controle disso junto às plenárias do Conselho. Era muito interessante. Inclusive havia o Roberto Carlos², que era um dos conselheiros de direitos autorais. Roberto Carlos foi conselheiro por muito tempo. Era preciso ter todo um aparato quando ele chegava, seguranças, porque as mulheres ficavam alvoroçadas quando ele aparecia. Ele tinha que cantar alguma coisa, isso em pleno plenário. Vivenciei coisas curiosas e fiz esse curso de pós-graduação em Direitos Autorais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), que foi

¹ Carlos Fernando Mathias de Souza (1939). Diplomado em Direito, licenciado em Ciências Sociais. Subprocurador-geral do Distrito Federal, professor universitário, diretor executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, presidente do Conselho de Direito Autoral, desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo exercido a função de ministro do STJ. Cf. <http://anenet.com.br/carlos-fernando-mathias-de-souza/>

² Roberto Carlos Braga (1941). Cantor, compositor e empresário. Cf. <http://www.robertocarlos.com/>



muito importante na minha vida. Depois prestei concurso público para a Câmara dos Deputados.

3. Atuação profissional atual

Trabalhar no CNDA foi uma etapa muito importante da minha vida porque eu era apaixonado por direito autoral no Brasil e pude fazer minha primeira pós-graduação em Direitos Autorais. Com o curso, pude escrever o meu primeiro livro, intitulado *Direito Autoral Descomplicado. Soluções Práticas para o Dia a Dia*, que se encontra no acervo da nossa Biblioteca. Também comecei a advogar para essa área. Fui convidado como palestrante para falar sobre direitos autorais junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), junto à Advocacia-Geral da União (AGU) e em outros órgãos públicos.

Hoje essa é uma das minhas áreas de atuação. Sou especialista em propriedade intelectual, ou seja, não só em direitos autorais, mas também em marcas e patentes. Tenho essa especialização e trabalho junto ao Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) em registros, contestações, impugnações. Enfim, advogo também nessa área. Mas atualmente estou trabalhando mais com direitos do consumidor. Essa é a área do meu último curso de especialização, que fiz no Rio de Janeiro e do último livro que publiquei: *Como Conhecer Melhor a Propriedade Intelectual, o Direito de Informática e os Direitos do Consumidor*, que se encontra na Internet, num *site* chamado Clube de Autores. Ele está lá disponível para venda e tudo isso.

4. O concurso e a primeira lotação na Câmara

Fiz concurso para a Câmara em 1981. É interessante registrar que não era bibliotecário — vários não eram bibliotecários. Nós estudamos para o concurso na qualidade de passar como bibliotecário. Inclusive concorreremos com gente de gabarito, professores da Universidade de Brasília (UnB) dessa área. Graças a Deus, consegui êxito no concurso e fui direto para a revisão aqui no Centro de Documentação e Informação (Cedi). Na época, a Dra. Maria Liz da Silva Braga era Diretora da Coordenação de Publicações e ela, na mesma hora, colocou-me no setor de revisão da Câmara. Dali eu passei a ser Chefe da Seção de Coordenação



Editorial, dos Anais da Casa. Eu havia trabalhado em gráficas aqui em Brasília. Antes de ir para o MEC, trabalhei em duas gráficas como revisor e comecei a trabalhar também em coordenação editorial junto às gráficas. Então, quando trouxe no meu currículo essa informação, o diretor à época disse: “*Vamos colocá-lo como Chefe da Seção de Coordenação, que está amorfa, sem ninguém*”. Fui então, por um tempo, Chefe da Seção de Coordenação Editorial.

O trabalho era muito difícil e de muita responsabilidade, porque tínhamos que lidar com as publicações dos parlamentares e fazer a podagem dos termos irregulares, como ofensas e uma série de coisas. Nós éramos obrigados a cortar esse tipo de palavras, que não poderiam ser editadas, e mandávamos os originais para os deputados aprovar. Mas nunca tive problema nenhum, porque eles não faziam ofensa a ninguém. Na minha época, pelo menos, era uma beleza, o Plenário era tranquilo, não existiam esses problemas. Claro que havia debates acirrados, mas tudo dentro do comportamento normal.

Fizemos muitas publicações, inclusive Perfis Parlamentares³ com os quais nós trabalhávamos, quando era Chefe da Seção de Coordenação Editorial. Essa foi uma das obras mais importantes, porque demonstrou todos os trabalhos dos parlamentares. Os Perfis Parlamentares já existiam, mas passamos a administrá-los também.

5. O trabalho na Sessão de Legislação Brasileira

Ainda no Cedi, trabalhei na Coordenação de Estudos Legislativos, onde fui chefe da Seção de Legislação Brasileira, inclusive atuando durante o período da Constituinte. Nessa seção, fazíamos usualmente pesquisa de legislação. Recebíamos os pedidos dos deputados: “*Preciso da lei número tal*”. E nós pesquisávamos. Havia um convênio com o Senado. Eles tinham um cabeamento que levava aos terminais de computador. O que existia era terminal. Não existia *computer* ainda. Nesses terminais, acessávamos os bancos de dados do Senado e da própria Câmara — porque já existia a indexação — para chegarmos àquela lei que estava sendo pretendida. Na minha seção, havia duas indexadoras que trabalhavam com fichas. Naquela época, havia arquivos com fichas até não poder

³ Perfis Parlamentares é uma série publicada desde 1977 pelas Edições Câmara com biografias de parlamentares.



mais. Havia a ficha mestra, por exemplo, de uma lei e várias outras fichas alterando aquela lei. Pegávamos as informações no *Diário Oficial*⁴.

Era feito também um trabalho muito interessante de arquivamento nas pastas, fichas com todas as leis e com os assuntos relacionados a elas. Por exemplo, lembro-me bem disso: cooperativas. Havia uma pasta das cooperativas com um monte de leis, de regulamentos, etc. O deputado chegava lá e perguntava assim: “*O que você tem atualmente sobre cooperativas?*” Falávamos: “*Um minutinho, deputado*”. Puxávamos uma pasta e estava lá o documento. Tirávamos uma cópia e já dávamos para ele. Ele saía feliz, satisfeito, contente e sem problemas. Mas havia coisas que não podíamos fazer. O pessoal do gabinete chegava lá e falava assim: “*O deputado quer uma lei assim, assim e assim*”. Eu falava: “*Você tem que preencher o formulário e o deputado tem que assinar*”. Perguntavam: “*Mas eu não posso assinar?*” Eu respondia: “*Não, você não pode assinar. A legislação da Casa não permite. O deputado tem que assinar*”. Então, havia certos problemas. Porque, quando o pedido era para o deputado, ele tinha que pedir através do representante dele, que nos levava o pedido e ficava sentado esperando que tirássemos uma cópia do documento ou que fizéssemos a pesquisa, ou ele vinha depois buscar. Mas era preciso que houvesse um critério, porque senão chegava qualquer um, dizia que era amigo do deputado, e eu tinha que tirar cópia para o cara. Tínhamos que ter muito cuidado com essas coisas, porque a diretora ficava de olho e nos perguntava: “*Você está tirando cópia para quem? Cadê o pedido do deputado?*” Era assim, entendeu? Com isso, no início, nós tivemos problemas. Depois disciplinamos o serviço. O deputado assinava o pedido e levava a cópia tranquilo.

Nós mantínhamos atualizados quase todos os assuntos porque havia esses terminais de computação com os quais trabalhávamos. Não era computador, com Google, com bancos de pesquisa, não. Era ligado ao Senado e à Câmara só. Era o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), que trabalhava conosco direto com isso. Havia, inclusive, muitos pedidos de projetos de lei, pedidos de cópia de projeto de lei número tal. Na verdade, os projetos de lei eram pedidos lá embaixo, era outro departamento. Mas entrávamos em contato, e eles nos eram enviados pelo elevador da Biblioteca, junto com o resultado da

⁴ Diário Oficial da União. V. <http://www.in.gov.br/web/guest/inicio>



pesquisa. Então, juntávamos tudo no processo, que tinha uma capinha própria, e ligávamos para o deputado pedindo para apanhá-lo, pois já estava pronto, ou então mandávamos entregá-lo no gabinete. Nós sempre tivemos pessoas para entrega, se fosse necessário.

Havia pedidos estranhos. Um deputado, por exemplo, queria uma legislação que amparasse o direito de pleitear financiamento de vestidos de noiva para o município dele. Liguei para o cara e falei: *“Oh, meu amigo, isso aí não existe, não”*. Ele disse: *“É um projeto de lei que o deputado vai apresentar”*. Eu falei: *“Mas vai ser indeferido, nem vão apreciar. Isso não tem cobertura legal”*. Mas ele me disse: *“Ah, mas as noivas elegeram o deputado”*. Eu falei: *“Não, mas eu não posso fazer nada, meu caro. Isso não é lei, eu não tenho nem como buscar isso”*. *“Então, vou falar com ele, e o senhor vai...”* Eu disse: *“Tudo bem, pode pedir para ele ligar para mim”*.

Às vezes chegava um deputado furioso, alguns bem violentinhos assim, quanto ao modo de se dirigir. Mas eu sempre tive muita habilidade, nunca tive problema. Eu tive problema com funcionários. Isso eu tive. Pessoas que brigavam e quase chegavam às vias de fato na sala, houve vários casos no Cedi. Mas contemporizamos e tal, e, no final, esse camarada que todo mundo tinha horror dele se tornou meu melhor funcionário e amigo de todo mundo. Eu fiz muitas reuniões, pedi muito que apaziguassem, porque ele era um cara competente, capaz. Então, não justificava perder esse funcionário. Poderia entregá-lo ao Departamento de Pessoal, é claro, é um direito que me assiste como chefe. Mas sempre procurei aproveitar ao máximo os meus funcionários. Mesmo que houvesse uma disputa ruim dentro da sala, eu parava o trabalho e chamava fulano e beltrano para reunião, imediatamente, lá na sala da diretora para conversar. Sempre consegui resolver todos os problemas, sem problema nenhum.

6. A carreira na Câmara

Trabalhei também na Coordenação de Licitações e na Consultoria Legislativa (Conle), como pesquisador, onde ocupei o cargo de Chefe da Pesquisa e ainda Chefe de Informática, porque havia feito especialização em Direito da Informática. Ajudei muito os consultores, montei computadores novos. Há uma série de coisas interessantes que fiz lá. Fui consultor *ad hoc* para fins de direitos autorais, porque os



consultores, apesar de estarem preparados, não tinham o conhecimento que eu tinha sobre direitos autorais. Eu havia trabalhado no CNDA por muito tempo. Então, passava informações para eles, escrevia as informações no processo para orientar, para ajudar, na parte dos direitos autorais. Mas a minha paixão era o Direito, sempre foi. Aí fui convidado para a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (Atec), onde trabalhei muito tempo não só na área de direitos autorais como também em outras áreas, inclusive na área trabalhista. Ajudei muito nessa área também.

Eu gostava muito da Atec. Para mim, foi o melhor lugar em que trabalhei, porque agia como advogado mesmo, como especialista na área. Ajudei muito o Cedi em publicações. Eles não sabiam o que fazer, se poderiam publicar, se tinham que pedir autorização, essas coisas. Inclusive o José Humberto de Almeida, que era da Secretaria-Geral da Mesa, é muito meu amigo e me pedia muita orientação, na época, porque tinha medo de autorizar as coisas e, depois, dar zebra lá na frente, como cinema, coisas que a Câmara fazia sem autorização. Isso poderia gerar problemas lá na frente. Então, eu o orientava, e as coisas funcionavam direitinho.

Da Atec fui para a Liderança do Partido Democrático Trabalhista (PDT), onde terminei meus dias de funcionário público na Casa, aposentando-me. Na liderança, tive oportunidade de trabalhar também como assessor jurídico, mas era um trabalho mais de resumir propostas, para os deputados do PDT apresentarem em plenário. Fazia a revisão e a síntese, para enviar para eles poderem entender o que ia acontecer e qual a orientação jurídica que cabia a cada processo daqueles. Muito interessante o trabalho também.

7. Avaliação do percurso profissional na Câmara

Tudo foi válido na minha vida aqui dentro da Casa. Acho que procurei sempre agir da seguinte forma: primeiro, com lealdade; segundo, com competência; terceiro, com o objetivo de trazer para a Casa, para o órgão, o desenvolvimento, um trabalho intelectual que justificasse a importância, primeiro, do Cedi; depois, da Conle e, depois, da Atec. Eu sempre fui muito feliz, graças a Deus! Não deixei inimigo nenhum aqui. Todos gostam de mim. Isso foi muito bom.

Na minha época, por exemplo, na Conle, os consultores sempre foram ótimos comigo, e eu com eles, sempre, tenho amizade até hoje com os consultores, e na



Atec também. Na Atec, até hoje eu vou lá, e me servem café, bolinho e não sei o quê. São todos amigos mesmo, entendeu? É muito bom vir aqui só para visitar os amigos, pegar um livro ou outro na Biblioteca, rever situações passadas e debater determinados assuntos, eu acho superinteressante.

II. A CONSTITUINTE

8. A preparação dos deputados constituintes antes da posse

Antes mesmo de começar a Constituinte, antes de os deputados tomarem posse, fui encarregado de entrevistar os novos deputados constituintes no Rio de Janeiro, na Assembleia do Rio de Janeiro. Era uma prática comum. O Diretor do Cedi designou servidores, que ele intitulou categorizados para o evento e que foram para todos os estados brasileiros. Até para o Amapá havia gente viajando, para poder entrevistar e trazer esses subsídios. Fomos eu e outro rapaz. Não me lembro, sinceramente, do nome dele. Já faz muitos anos. Mas foi um colega espetacular. Nós comparecíamos à Assembleia e entrevistávamos os futuros deputados federais, que eram deputados estaduais, no sentido de preencher formulários, de abrir conta corrente no Banco do Brasil daqui para eles e de lhes providenciar residência, essas coisas todas. Foi muito interessante o trabalho, mas muito cansativo, porque ficávamos das 9 horas da manhã até às 9 horas da noite, às vezes até às 11 horas da noite. Quantas vezes tive que ir à residência dos parlamentares?! Muitos não podiam se deslocar para a Assembleia, uns enfermos, outros com viagem marcada e tal. Eles diziam: *“Cláudio, venha aqui, porque fazemos a entrevista na minha casa”*. Sempre fomos muito bem recebidos.

Como deputado estadual, o deputado tem uma conduta diferente da que tem como deputado federal. Então, as dúvidas surgiam. Nós tínhamos que esclarecê-las. Houve um parlamentar — eu não me lembro do nome, mas eu me lembro dele — que falou assim: *“Como é que é lá? Eu tenho escritório?”* Eu falei: *“Deputado, o senhor vai ter um gabinete”*. *“Eu posso levar a minha família?”* Eu falei: *“Não, o senhor não pode, porque existe uma lei que proíbe esse tipo de coisa. Mas o senhor pode levar pessoas da sua confiança. O senhor vai ter um crédito financeiro para atender essa demanda do trabalho dessas pessoas”*. Ele ficou superenvaidecido. Questionou: *“Eu vou usar broche?”* Eu falei: *“Deputado, isso é um detalhe, mas vai*



usar, sim. Há um broche”. Coisas assim que eu lembro que foram interessantes pela vaidade que eles estavam sentindo, até porque aquela foi uma ascensão muito grande para eles. Houve uns que ainda criticaram, disseram que ganhavam mais na Assembleia Legislativa do aqui no Congresso Nacional: *“Não sei para que eu vou para lá. Ganho muito mais aqui”*. Eu falei: *“Porque o senhor foi eleito. O senhor foi eleito pelo povo. O senhor tem que ir.”* Raramente perguntavam sobre os trabalhos futuros. Queriam saber era do que ia acontecer com eles. Queriam saber se tinham direito a terno. Até isso me perguntaram. Eu falei: *“Não, o senhor não tem direito a terno, não, deputado. Cada um que compre seu terno. Você vai receber subsídios, que é como é chamado o seu pagamento na lei, para o senhor poder comprar seus ternos”*. *“Ah, poxa. Carro eu tenho, não é?”* Esses tipos de perguntas demonstram uma vaidade, entendeu? Mas acho isso até natural, porque essas eram as curiosidades que surgiam na mente deles. Lembro que houve um, inclusive, que me levou a um restaurante onde se vendia peixe. Como é que se chama esse prato? Frutos do mar. Há um restaurante no centro da cidade do Rio de Janeiro que tem frutos do mar. Ele nos levou lá, pagou, inclusive, tudo isso. Quer dizer, de qualquer maneira houve uma reciprocidade muito grande entre nós e os parlamentares. Perguntavam também muitas coisas sobre a Constituição, mas ainda não estávamos trabalhando num grupo. Só contávamos com a Emenda nº 1, de 1969, e com as emendas posteriores. Então, nós os orientávamos nesse sentido.

9. A seleção

Eu fui selecionado para trabalhar no grupo de apoio à Constituinte do Cedi por ser Chefe da Seção de Legislação Brasileira. A Diretora de Legislação da parte dos Anais, Dirce Benedita Ramos Vieira — não lembro o nome do Departamento, que até mudou de nome —, me indicou. Eu galguei essa função de Chefe da Seção de Legislação Brasileira, e ela me indicou para fazer parte do grupo. Ela também fazia parte do grupo.

10. O trabalho durante a Constituinte

Durante a Constituinte, minha função era como a de todos: nós nos reuníamos em grupos para analisar as formulações que vinham da Secretaria-Geral



da Mesa, já com o processo montado, para verificar se havia cabimento legal, se havia enquadramento junto ao Código Penal, ao Código Civil, ao Código de Processo, aos Regimentos, aos regulamentos, e tudo o mais, para que a Constituição não saísse fora do esquema legal das leis. Ela não poderia fugir ao aspecto da legalidade, que é um dos pressupostos da Constituição.

Nós nos reuníamos, fazíamos uma triagem naqueles trabalhos, inclusive uma checagem em dupla: revisões, mudança de termos, enquadramento do artigo tal que não estava bem enquadrado e que era melhor jogar em outra situação, em outra seção ou em outro capítulo da Constituição. Então, nós fazíamos essa adequação. Disso me lembro muito bem, porque era o trabalho que desenvolvia junto com os grupos. Não era só eu e um grupo; eram grupos que se reuniam aqui embaixo. Havia muita gente nesses grupos, uma média de 10 a 15 pessoas por grupo, todos do Cedi. Havia uma coordenação ali embaixo, onde havia mesas dispostas para nós trabalharmos, inclusive noturnamente. Nós trabalhávamos até às 4 horas da manhã por causa do prazo, que era exíguo para a promulgação da Constituição. Nós tínhamos que correr dentro do possível. Só que o grupo era muito bom, era um grupo excelente. O trabalho foi agilizado de tal maneira que deu tempo de chegar ao prazo de que o Secretário-Geral da Mesa precisava para encaminhar à gráfica, para se tornar a nova Constituição de 1988.

Havia também trabalho de indexação, e muito! Isso porque nós tínhamos que pesquisar os termos jurídicos e os termos técnicos ligados à Constituinte. Mas havia bibliotecários que trabalhavam conosco nesse aspecto. Nós trabalhávamos mais no sentido do enquadramento das leis e do enquadramento da legislação aplicável.

Havia, ainda, um trabalho junto à Secretaria-Geral da Mesa que era coordenado por um funcionário da Câmara que distribuía tarefas. Eu inclusive trabalhei lá, numa época, a pedido deles. Mas foram poucos dias. Queria era ficar no Cedi mesmo, porque era o reduto para onde fiz concurso e tudo, e achei que terminaria os dias no Cedi. Acabei terminando em outro órgão. Mas tudo era Câmara dos Deputados, a mesma Casa. Então, não houve problema.



Não houve curso para fazer esse trabalho, mas houve orientações. As pessoas do Centro de Formação, Treinamento e Atualização (Cefor)⁵ inclusive orientaram qual seria o melhor modo de trabalhar em cima dos textos e como deveria ser feita a indexação. A própria Secretaria-Geral da Mesa designou pessoas para virem ao Cedi conversar conosco. Então, tivemos uma parte prática antes de se iniciarem os trabalhos propriamente ditos. Depois, tornou-se uma praxe. Não houve mais problema algum.

Havia dias em que era só trabalho normal, e havia dias em que nós tínhamos que nos reunir lá embaixo para trabalhar, sem hora para acabar. Eles providenciavam sanduíche, Coca-Cola, essas coisas, porque não podíamos sair do local. Quantas vezes eu fui para casa, a minha esposa já dormindo, às 4 horas da manhã, e tinha que voltar às 8 horas!? A história de que se dormia aqui na Câmara é verdadeira. Já cheguei a dormir, viu? Mas acordado, não é? Dormia acordado, tomando café o tempo inteiro. É, não foi fácil.

O trabalho foi muito importante. Muito importante. Naquela época, tínhamos noção da importância, até porque isso ficaria registrado na história da Casa, nos Anais da Casa. Eu acho que foi um orgulho muito grande trabalhar na Constituinte. Muito, muito mesmo. Nós ficamos orgulhosos de ter sido escolhidos para fazer parte desse grupo tão seleta, que foi feito junto aos dois órgãos da Casa: Secretaria-Geral da Mesa e Cedi. Se bem que vários outros órgãos da Casa trabalharam, inclusive as comissões, como a Comissão de Constituição e Justiça, trabalhavam muito de noite também. Mas tínhamos que passar por isso, não é? Não tinha jeito; havia prazo legal para isso.

11. A fase de trabalho mais intenso

A fase que demandou mais trabalho foi a fase da montagem dos textos, do enquadramento legal, da adequação dos artigos aos diversos capítulos. Nós podávamos também muita coisa que estava repetida, que não tinha necessidade de ser incluída, porque já apareceria no texto de maneira diferente. Nós tínhamos autoridade para fazer isso. Acho que por isso a Constituição saiu direitinho, porque

⁵ O Cefor foi criado apenas em 1997, Ato da mesa 69/1997. Em 1987, funcionava a Coordenação de Seleção e Treinamento que o antecedeu.



nós nos empenhamos mesmo. Não foi um empenho só nosso, mas da Casa como um todo. Havia o sentimento de missão cumprida, com muito cansaço, mas de missão cumprida.

Sei que houve falhas, como, por exemplo, de interpretação. Às vezes, tínhamos que corrigir o que o colega, sem querer, tinha colocado. Enfim, havia esse tipo de probleminha, mas estávamos sempre muito atentos a essa situação. Eu, por exemplo, sou advogado. Então, orientava os grupos que não tinham advogados, que tinham bibliotecários, arquivistas, gente de outros naipes que não profissionais do Direito. Havia profissionais do Direito, mas eu era um dos que organizavam o grupo nessa área de Direito. Então, não deixava passar coisas que sentia que não iam dar certo. Nós trabalhávamos com livros, com doutrina, com legislação e com o Regimento da Casa, para verificar se aquilo não fugiria dos aspectos do Regimento, inclusive do capítulo relacionado à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário. Havia muitas dúvidas com relação ao Poder Judiciário. Havia dúvidas de como adaptar a coisa, porque havia a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, da qual teríamos que ter conhecimento. Veja que não foi um trabalho fácil, foi um trabalho complexo, mas gratificante.

Depois que acabou a Constituinte, acabou a preocupação com esse tipo de trabalho. Voltei à Chefia da Seção de Legislação Brasileira; depois, eu passei para a Conle. Como lhe disse, trabalhei nesses dois lugares.

12. O trabalho em detalhes

O trabalho de comparação com a legislação citada era feito com o texto da sistematização. Nós tínhamos que orientar o Secretário-Geral da Mesa sobre como ia ficar a situação. Ele também, se achasse necessário, fazia uma podagem daquilo que fizemos. Ele tinha assessores que trabalhavam diretamente lá. É, porque havia artigos que estavam sendo inseridos e sistematizados, procurando uma sistematização, que eram intocáveis. Aquilo existia mesmo, e nós já sabíamos. Agora, sentimos que havia diferenças na legislação em alguns. Então, íamos consultar. Por exemplo: o direito conferido à mulher casada quanto aos seus bens. Nós procuramos, na legislação, tudo o que se referia ao fenômeno ligado ao tema.



Nós fazíamos a revisão do texto, fazíamos a modificação do texto. Tirávamos cópia do material que estava no original deles. Na cópia, fazíamos as alterações que deveriam ser feitas e juntávamos ao processo para eles analisarem. Informávamos já dentro do próprio texto. Por exemplo: um artigo que estava repetido embaixo, um artigo que não cabia no capítulo ou um artigo que estava mal redigido. Nós apresentávamos as soluções. Nós apresentávamos as soluções para verificar se a Secretaria-Geral da Mesa concordaria ou não com aquela nova redação. A Constituição não pode ser omissa nem pode ser obscura. Ela tem que ser clara, para que o leigo, o povo, leia a Constituição e diga: *“Isso aqui é meu direito. Não é o direito de A nem de B. Não, é meu. Eu estou nessa situação”*. Então, essa era a grande preocupação que nós tínhamos. Aí a Secretaria-Geral da Mesa fazia as revisões necessárias e encaminhava para o grupo das Comissões que iam levar ao Plenário, se o Plenário aprovasse ou não, e tal.

O trabalho era muito grande. Não tínhamos tempo para checar se o que havíamos feito era mantido ou não. Era complicado. Nós não tínhamos direito à família, a nada. Tínhamos que nos debruçar sobre a coisa. A Secretaria-Geral da Mesa confiou no trabalho das pessoas. Eu sei que, no final, nós fomos, inclusive, elogiados por ele. Veio à nossa sala para agradecer tudo o que havíamos feito. Houve uma festa com os funcionários, com comida, essas coisas. Nós mesmos saímos para comemorar. Foi muito legal.

De qualquer maneira, foi uma vitória, porque como ia sair essa Constituinte? Só com os Parlamentares? Só com a Secretaria-Geral da Mesa? Só com as Comissões? Não. Era preciso que participassem pessoas que entendessem dos textos e que entendessem como sistematizar aquilo. Então, os bibliotecários foram envolvidos na parte de indexação, na parte de resumo. Havia muitas sinopses para orientar a Secretaria-Geral da Mesa, ver artigo tal combinado com artigo tal, o melhor enquadramento no capítulo tal, por exemplo. Isso é indexação. Nós trabalhávamos muito com isso. Só que não era a minha área. Já era a área dos bibliotecários.

Ficávamos na mesa eu, que sou advogado, dois bibliotecários, duas arquivistas e uma professora de literatura, que fazia a parte revisional do texto. Por isso, nós estávamos muito certinhos no negócio. Houve falhas, não tenha dúvida.



Ninguém é infalível. Mas puderam ser consertadas. Foram erros humanos. Isso não ocorreu só no nosso grupo, mas em todos os outros também. Foi feito o enquadramento em capítulos errados, passou despercebido um termo que não era o que deveria ser utilizado, a indexação não foi benfeita — esse tipo de coisa. Só que o trabalho voltava para nós com as correções, e, então, adaptávamos novamente ao texto e devolvíamos para a Secretaria-Geral da Mesa na mesma hora. Quer dizer, dávamos prioridade àquilo que foi falho. *“Vamos corrigir.”* O grupo sentava e corrigia.

13. A relação com a coordenação-geral

Mozart Vianna de Paiva era o coordenador-geral. Foi ele que veio nos oferecer um lanche em agradecimento. O Mozart sempre foi um sujeito espetacular. É claro que houve problemas de adaptação no início. As pessoas achavam que havia muito rigor e ficavam nervosas, tensas, mas, depois, com o tempo... Algumas pessoas não passaram bem, tiveram crise de pânico. Quer dizer, não tiveram crise de pânico, mas ficaram apavoradas diante da situação: *“Eu não sei fazer isso!”*. Algumas pessoas ficaram com medo de encarar o problema. Depois, tornou-se uma coisa tão simples e corriqueira que ninguém mais queria sair. *“Não, eu vou trabalhar. Hoje eu quero fazer esse texto, esse texto, esse texto.”* Isso é humano. Quantas vezes, como advogado, tremo diante do juiz? É normal. Só que tenho que ser positivo diante da autoridade, que, por sua vez, tem que respeitar o advogado. Então, há nessa relação uma cumplicidade, como a que havia entre nosso grupo e a Secretaria-Geral da Mesa.

O Mozart tinha uma coisa que acho espetacular: ele chamava a pessoa para conversar. *“O que houve? O que está acontecendo? Você está muito cansada? Descanse um pouco, vá em casa, tome um banho, coma alguma coisa e depois volte com calma.”* Quer dizer, ele era uma pessoa muito tranquila para lidar com a situação, porque sabia que éramos todos humanos, e havia momentos de muito cansaço e de estresse, aquele estresse emocional. Às vezes, não dava certo, a pessoa ficava: *“Meu Deus! Não consigo!”*. Aí, vinham outras pessoas para ajudar. Era assim. O grupo era fantástico! Nós éramos muito irmãos, muito amigos. Antes de começar as reuniões, conversávamos muito, batíamos muito papo sobre família,



sobre as coisas todas. Aí, tinha sanduíche, tinha Coca-Cola. Nós nos divertíamos. Essa é que é a verdade.

Também havia profissionais da área de psicologia, psicólogos, junto conosco, trabalhando aqui no Cedi. Isso ajudou muito também no momento de desespero. Eles conversavam com as pessoas, orientavam e, ao mesmo tempo, trabalhavam conosco na revisão dos textos. Eles faziam a mesma coisa, só que, como eram formados em psicologia, ajudavam muito nesse ponto.

14. O pagamento diferenciado

Nós recebíamos um pró-labore pelo trabalho, que era incorporado ao nosso vencimento. Era bem vantajoso. Não lembro o valor, nem vou entrar nesse detalhe. Mas foi muito bom na época. Era justo, porque trabalhávamos muito — de 9 horas da manhã até 4 horas da manhã do dia seguinte quase todos os dias. É lógico que tínhamos que ser remunerados, porque ninguém aguenta!

15. Visão geral do processo constituinte

Houve muita emenda popular. O povo começou a pedir que o Congresso se manifestasse com uma nova Constituição, porque a Constituição de 1946, com a emenda de 1967, não estava adequada a uma série de situações, principalmente na área de direitos e garantias individuais. Havia muita reclamação e muita emenda popular nesse sentido.

Então, começou-se a discutir na Casa, com os órgãos responsáveis pela condução dos trabalhos em plenário e tudo isso, junto aos parlamentares futuros. Houve a necessidade de mudar a Constituição apresentando um texto novo, o que foi apresentado, a fim de atender aos anseios da população. Não sei se atendeu plenamente. Acho que não, porque nenhuma lei atende plenamente a tudo, mas procurou-se moldar o que se pôde com relação aos anseios do povo brasileiro, principalmente no art. 5º, que foi o artigo derradeiro, que mudou muita coisa, inclusive com relação ao direito dos penitenciários, das famílias dos penitenciários, que não existia, de receber um salário mínimo para poder sobreviver. Isso tudo foi incluído através da Constituinte. Além disso, houve coisas repetidas, como as



atribuições do Congresso, tudo isso. Mesmo nesses capítulos foram inseridas informações legais que a Constituição anterior não possuía.

Foi muito bonita a promulgação também. Foi emocionante. Houve gente que chorou, que se emocionou. A Mesa estava toda reunida com o Presidente Ulysses Guimarães, hoje falecido, infelizmente. Quando ele levantou a Carta dizendo que aquela era a nova Carta do Brasil, a nova Constituição do Brasil. Nós, no Cedi, com os autofalantes, ficávamos ouvindo as coisas acontecerem, ocorrerem. Foi uma época boa da Casa. Eu achava muito legal aquilo. Havia muito movimento, muita coisa. Familiares dos Parlamentares, amigos, outros funcionários, funcionários de outros órgãos, autoridades da época, todos estavam presentes quando foi promulgada a Constituição Federal de 1988.

16. A extensão da Constituição

Trabalhei muito em cima do art. 5º da Constituição, que trata dos direitos e garantias individuais. Trabalhei muito em cima disso. Também trabalhei em outros capítulos, mas trabalhava mais com essa parte. Nós dividimos os capítulos da Constituição em grupos, para poder facilitar. Era muito abrangente, muito genérico.

Acho a Constituição muito grande ainda. Sabe por quê? Porque a Constituição vem como uma mola genérica. Ela mostra o gênero e particulariza através das leis. Então, às vezes, a Constituição se direcionava como se fosse uma lei, não como se fosse uma norma pétrea ou genérica. Isso tem sido alvo de críticas até hoje por parte do Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministro Barroso⁶ tem um trabalho sobre isso. Ele acha que a Constituição era muito extensa, mas que, na época, havia necessidade. Seria mais para fazer valer os anseios da população, que pedia essas melhorias e essas diferenças, que a outra não contemplava.

A verdade é a seguinte: desde 1946, nós vimos uma evolução na Constituição. Em 1937, foi uma lástima. Essa foi a época política do País, e a parte dos direitos e garantias individuais era quase omitida em vários aspectos. Depois veio a Constituição de 1946 com um apanágio diferente, com uma criação popular, voltada para o povo, para a melhoria. A de 1967 veio emendar essa situação de

⁶ Luiz Roberto Barroso (1958). Jurista, professor e magistrado brasileiro. Ministro do STF. V. <https://luisrobertobarroso.com.br/>



1946. Era a ditadura. Depois surgiu, então, em 1988, essa possibilidade de se modificar por completo. Por isso essa extensão maior na Constituição, para que não se olvidassem aspectos que seriam imprescindíveis para aquele momento.

Mas, é claro, toda norma constitucional tem seus erros, seus exageros, às vezes. A crítica é que ela se tornou muito extensa no sentido de açambarcar normas como se lei fossem. Não sei se estou sendo claro, mas juntou-se muita coisa, e isso está na lei. Para isso não é preciso Constituição, que só dá a diretriz; a legislação ordinária, a legislação de um modo geral, hierarquicamente falando, é que vai cuidar desses aspectos ligados à regulamentação dos artigos constitucionais. E muitos foram regulamentados, inclusive direitos trabalhistas. Lembro-me bem disso.

17. A Câmara ontem e hoje

Estou aposentado há 3 anos. Da época que eu me aposentei, acho que não mudou muito, mas o passado é muito diferente. Administrativamente, eu acho que a Câmara sempre pautou com seus procedimentos corretamente. Ela sempre foi organizada e sempre orientou os seus servidores. No início, como não havia computação, tudo era através dos boletins administrativos. Ela sempre se pautou em melhorias. Nós tínhamos muitas palestras, muitos cursos. Eu fiz muitos cursos no Cefor. Eu só não fiz curso para aposentar, porque eu queria aposentar mesmo. Estava feliz da vida e não precisei fazer curso. Mas fiz cursos longos de computação, de pesquisa de legislação, de projetos de lei. Trabalhei muito com isso. Na parte de controle orçamentário, também fizemos cursos. Tínhamos que saber alguma coisa, porque o pesquisador tem que saber um pouco de tudo, meu caro. Ele tem que saber doutrina, tem que conhecer a legislação e tem que conhecer os trabalhos principais daquele autor sobre aquela matéria, para orientar os deputados. Nós fizemos muitos cursos.

Politicamente, eu preferiria não entrar no mérito da questão. Mas acho que, politicamente, a Câmara mudou bastante. Quero dizer o seguinte: na época da Constituinte e na época anterior à Constituinte, os deputados tinham discursos de peso, havia um respeito muito grande entre eles, entendeu? E, de uns tempos para cá, já houve certas alterações e mudanças nesse sentido, mas eu não tenho nem



acompanhado muito bem a política atual do Congresso, não. Estou acompanhando, agora, o problema das eleições, é o que está me preocupando mais.

Mas houve uma mudança radical. Entre os novos deputados que assumiram há deputados que estavam com problemas até de pessoal nos gabinetes, pessoas que não estavam preparadas, sentiram-se despreparadas. Quando iam pedir, soube através dos colegas, informações na Biblioteca, por exemplo, se perdiam, não sabiam o que falar, não sabiam o que pedir. O *staff* deles caiu muito, porque na minha época o nível era muito alto. Quase todos eram advogados formados e já tinham prática como advogados. Então, o nível era bom e a educação também. Agora, eu não sei, porque não trabalho mais.

18. Avaliação da Constituição – A questão da violência

A nova Constituição da República foi um trabalho muito bem feito e muito dedicado. Se fosse para consertar alguma coisa talvez a parte ligada à polícia, porque houve um relaxamento muito grande na Constituição, com relação a prisões e a uma série de coisas. Hoje está havendo um reflexo muito grande na população brasileira, a violência aumentou.

É claro que a política dos municípios e dos estados se responsabiliza mais sobre este assunto, mas a Constituição também propiciou esse aumento da violência, devido à flexibilização dos tipos de prisão. O indivíduo não pode ser algemado mais, exceto em prisão em flagrante. Essas coisas todas foram inseridas no texto constitucional, como a prisão em flagrante, que já existia em 1946 de uma maneira mais rígida um pouco.

Houve uma flexibilização, mas isso não sei explicar. Foi um pedido dos parlamentares. Eles acharam que estava muita rígida a Emenda Constitucional nº 1 de 1969. Ela era muito rígida em relação a esse tipo de problemas com prisioneiros. Sempre houve uma preocupação neste sentido. Acho que se pudesse voltar no tempo, proporia um reajuste maior com relação ao tratamento da parte criminal. Acho que ela teria que ser revista.

Você sabe que a Constituição acompanha a evolução dos tempos. A Constituição é de 1988. Já houve muita mudança em termo de mentalidade jurídica e tudo isso. A parte criminal parece-me que precisa ser modificada. Talvez uma



emenda constitucional só para mudar esse aspecto, dando autoridade para a legislação penal poder agir de uma maneira mais rígida. O sujeito sai na rua e é morto pelo prazer de matar. Isso não pode continuar! É muito sério isso! Perdi um colega advogado no Rio de Janeiro que morreu tragicamente. Sabe por quê? Por que colocou o carro no estacionamento onde o outro queria colocar. O cara enfiou a faca nele e está respondendo em liberdade. Isso não pode continuar. Se fosse interpretar esse caso com a legislação de outros países, veria a diferença que seria essa situação. O cara foi preso em flagrante, mas existe um negócio chamado audiência de custódia — tenho horror a essas palavras. Acho que audiência de custódia é para colocar o cara na rua. Agora já é um desabafo técnico de advogado.

Hoje dei os parabéns para a juíza que julgou os caras que, em 1985, atentaram contra a vida dos rapazes judeus. Eles pegaram 38 anos de cadeia. Isso é uma vitória da Justiça Criminal. Essa juíza viu o absurdo que foi feito. A pena existe para ser cumprida. Eles têm que sofrer a punição. Para isso existem o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execuções Criminais.

Não se pode chegar a uma audiência de custódia, e um sujeito matou a mulher porque estava com ciúmes, e o juiz considerar que ele é réu primário e assim responder em liberdade. Isso não pode! Esse cara é perigoso. Se ele deu um tiro na mulher, ele pode atirar no filho, pode atirar na sogra, pode atirar no cara que bater no carro dele. Ele é uma pessoa inescrupulosa, tem que ser retirada do seio da sociedade para que possa ser punida e reconhecer essa punição. Aí iriam dizer: *“Ah, mas a penitenciária está cheia de gente, está superlotada”* e não sei o quê. Lamento. Não mate ninguém. Uma pessoa não precisa matar ninguém, não precisa ofender e macular a vida de ninguém. Se o fizer, vai sofrer lá dentro. O que se pode fazer? É assim dos Estados Unidos, na Alemanha, na França. É assim em todos os países desenvolvidos. Se o sujeito matou, ele vai para a cadeia, não tem conversa. Por outro lado, é preciso reformular as penitenciárias, isso é. O Supremo já apresentou propostas nesse sentido, mas eu sou contra as propostas do Supremo. Isso é outro problema.

19. Avaliação do trabalho na Constituinte



Eu voltaria e faria a mesma coisa, e isso seria um prazer muito grande. Se houvesse outra Constituinte e pudesse voltar, trabalharia de novo, não tenha dúvida. Gostava e gosto do trabalho, que era gratificante. Inclusive, ele era gratificável. Mas não é por isso só que faria tudo novamente, mas porque gostava mesmo, sabe? A minha mulher, inclusive, tinha ciúme, porque eu vivia aqui. Não ia para casa, só trabalhava. Na vida profissional, esse trabalho me ajudou muito, porque pude rever muita coisa de legislação, e sou advogado. Para mim, isso foi superimportante. Gostei muito e faria tudo de novo.

Eu me senti honrado em trabalhar na Constituinte, principalmente na época das viagens que fiz, porque, além de poder me dedicar totalmente ao trabalho que me foi designado, pude rever meus familiares no Rio de Janeiro. Também foi muito interessante conversar com os futuros Parlamentares. Eles nos trataram com muita dignidade.

Enfim, posso dizer que, apesar de alguns percalços por que tenhamos passado, que são naturais, faria tudo de novo com o maior prazer, com novos grupos, logicamente, e tudo isso, mas faria tudo de novo. Se voltasse ao passado, faria com o mesmo grupo, porque nos tornamos muito amigos. Apesar de muitos já terem falecido, me recordo bem deles, não do nome, mas das pessoas.

Ficha Técnica:

- 1 Data: 20/09/2018
2. Local: Sala da Cobec - Cedi
3. Duração: 1h19
4. N° do arquivo: E20
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota – P_6741
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota – P_6741
7. Equipe de vídeo: Lia Tavares – Produtora P. 882287; Roberto Guery – P_913.327 (cinematista) e Roberto Bispo – P_3.002.831 (assistente de cinematografia)
8. Fotografia: Najara Araújo – P. 913622
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 20/10/2018
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota – P_6741